

BIBLIOGRAFIA

ALAIM DE ALMEIDA CARNEIRO — *Estudos Brasileiros de Direito e Administração*, Departamento Administrativo do Serviço Público, Serviço de Documentação, 1957, 352 páginas.

Graças a louvável iniciativa do Serviço de Documentação do DASP, vêm a lume, em forma de livro, meia centena de trabalhos jurídicos esparsos do saudoso e emérito jurista Alaim de Almeida Carneiro, tão prematuramente desaparecido.

Prefaciado por outro eminente jurista, que a política e, finalmente, a morte subtraíram às letras jurídicas — o Senador Lúcio Bittencourt — o volume reúne ensaios e comentários publicados, em sua maior parte, na *Revista de Direito Administrativo*, a cujo corpo redacional o saudoso jurista emprestou, desde os primeiros números, o concurso de sua competência.

A publicação documenta a cultura jurídica, a atividade informativa, o senso crítico e os dotes expositivos que asseguram a Alaim de Almeida Carneiro, fulminado em pleno vôo ascensional de uma promissora carreira, lugar definitivo nos estudos de Direito Administrativo.

Certamente o seu talento fecundado pela experiência em cargos técnicos e administrativos de relêvo, iria atingir cristalização mais intensa e fecunda. A sua obra intelectual não lhe esgotou a potencialidade criadora, que amadureceria em obras mais construtivas e estáveis.

A coletânea atual consolida, no entanto, o aprêço pela sua contribuição científica, como intérprete e divulgador idôneo e habilitado, dos institutos versados, no âmbito do Direito Penal, Administrativo e Constitucional.

Louvável, sob todos os aspectos, a iniciativa com que o DASP homenageia a memória de um de seus ilustres Consultores Jurídicos e enriquece a bibliografia nacional na especialidade.

CAIO TÁCITO

*

HELY LOPES MEIRELLES — *Direito Municipal Brasileiro*, 2 vols., Editora Revista dos Tribunais, 925 páginas, s/data.

Obra séria documentada e escorreita, o trabalho do Dr. Hely Lopes Meirelles, ilustre juiz paulista, merece ser lido e consultado pelos estudiosos de nossos problemas municipais. Tendo convivido na judicatura de comarcas de interior, com os problemas básicos do govêrno local, o autor oferece um seguro panorama da experiência brasileira e de seu enquadramento jurídico.

Iniciando-se nas origens e evolução do município, aprecia, em capítulos autônomos, a autonomia municipal, a organização dos municípios, sua competência, atribuições e responsabilidades, o poder da polícia municipal e a execução dos serviços públicos locais. Analisa, em seguida, as atribuições do Prefeito e das Câmaras Municipais, concluindo pela análise do contrôle judicial dos atos municipais.

Os principais traços jurídicos do municipalismo estão, assim esboçados, com mão segura e informada, oferecendo ao leitor o lastro da doutrina e da prática, de modo sistemática e idôneo.

CAIO TÁCITO

*

H. T. ADAM — *Les établissements publics internationaux*, prefácio de Henri Teitgen, Paris, "Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence", 1957, 312 páginas.

A experiência internacional em matéria administrativa, especialmente no continente europeu, acrescentou novas formas de ação desconhecidas nos quadros clássicos de Direito. Os serviços da diplomacia e os organismos internacionais de colaboração não exaurem as aspirações práticas e o intercâmbio de interesse entre os Estados.

Os pactos internacionais se institucionalizam mediante a criação de pessoas jurídicas de direito público internacional e de companhias internacionais.

O autor, que leciona no Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris, consagra exame especial às primeiras dessas instituições

que exercem missão de serviço público em relação aos nacionais dos países aderentes à sua organização.

Partindo do conceito jurídico dessas autarquias internacionais, estuda-lhes, sucessivamente, a classificação, os poderes, a qualificação jurídica e os meios de funcionamento.

Analisa as principais entidades existentes, no plano europeu, ilustrando, praticamente, a estrutura e a dinâmica desses novos organismos, de tanto relêvo na moderna comunhão dos povos.

Obra essencialmente informativa, enriquecida, em anexos, com os textos dos atos institucionais de algumas das autarquias estudadas, o ensaio ilustra, excelentemente, a cristalização do Direito Administrativo Internacional, por meio do qual estabelecem órgãos de execução e de gestão autônoma de serviços públicos relevantes, de âmbito internacional.

*